

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.104 - SE (2019/0135261-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE ARACAJU**  
**PROCURADOR : JOSÉ ITAMIR LEITE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE000626A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA ARGUIDA PELO MUNICÍPIO DE ARACAJU – ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR – AUTARQUIA MUNICIPAL COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA - EXCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU - ADOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA MELHOR SERVIR AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO – DEVER DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – DECISÃO MANTIDA NA ÍNTEGRA – RECURSO PROVIDO EM PARTE.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS,

relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

